

CAETÉ

Revista de Ciências Humanas

Registros e decisões política: a câmara municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, 1962-1963

Records and political decisions: the municipal chamber of Delmiro Gouveia, Alagoas, Northeast Brazil, 1962-1963

Adriana Sandes Araújo¹

Universidade Federal de Alagoas

adriana.araujo@delmiro.ufal.br

<https://orcid.org/0009-0003-6165-1042>

Gilvana Leticia dos Santos²

Universidade Federal de Alagoas

gilvana.santos@delmiro.ufal.br

<https://orcid.org/0009-0005-6015-3257>

RESUMO

O presente trabalho analisa os documentos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, nos anos de 1962 e de 1963. A pesquisa se desenvolveu durante a realização do projeto de extensão “Nos recônditos da casa do povo: catalogação e digitalização dos documentos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia”. Nos primeiros anos do recém-emancipado município, localizado no Alto Sertão Alagoano, houve uma mobilização de algumas lideranças políticas para reafirmar o discurso de “região vocacionada ao progresso”, bem como estabelecer alianças com outras lideranças políticas estaduais. Em torno deste contexto, no primeiro momento serão destacados aspectos da história do município e a importância do poder legislativo na cidade após sua emancipação. Em seguida, o texto tece uma breve abordagem sobre as câmaras municipais e suas transformações ao longo do tempo e o significado das decisões para a população. Por fim, buscamos entender as tramas que envolveram a disputa pelo poder local durante a primeira legislatura, bem como destacar as práticas notabilizadas pela elite local. Foram catalogados projetos de leis, ofícios e requerimentos sobre diversos assuntos, sendo predominante a solicitação de recursos financeiros para desenvolver o município. A consulta dos documentos salvuardados na Câmara de Delmiro Gouveia possibilita ainda entender as relações de poder das diversas classes sociais, desvelando experiências, trajetórias, práticas e relações de certos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Câmara municipal, documentos do legislativo municipal, Delmiro Gouveia.

ABSTRACT

This paper analyzes the documents of the Municipal Council of Delmiro Gouveia, Alagoas, in

¹ Graduanda UFAL e Pesquisadora Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS).

² Graduanda UFAL e Pesquisadora Núcleo de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (NUPEDS/UFAL/UFS).

the Northeast of Brazil, during the years 1962 and 1963. The research was developed as part of the extension project “In the Recesses of the House of the People: Cataloging and Digitization of the Documents of the Municipal Council of Delmiro Gouveia.” In the early years of the newly emancipated municipality, located in the Upper Sertão of Alagoas, there was a mobilization of some political leaders to reaffirm the discourse of a “region destined for progress,” as well as to establish alliances with other state political leaders. Within this context, the first part highlights aspects of the history of the municipality and the importance of the legislative power in the city after its emancipation. Then, the text provides a brief overview of municipal councils and their transformations over time, as well as the significance of their decisions for the population. Finally, we sought to understand the intrigues surrounding the struggle for local power during the first legislative term, as well as highlight the practices that were prominent among the local elite. Laws, official letters, and requests on various subjects were cataloged, with a predominance of requests for financial resources to develop the municipality. Consulting the documents preserved in the Delmiro Gouveia City Council also makes it possible to understand the power relations of different social classes, revealing the experiences, trajectories, practices, and relationships of certain social actors.

Keywords: City council, municipal legislative documents, Delmiro Gouveia.

1 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

O município de Delmiro Gouveia, situado no Sertão Alagoano, representa um marco geográfico e histórico no extremo Oeste do estado de Alagoas. Sua localização se configura como um ponto de confluência e divisa territorial com três estados nordestinos vizinhos: Sergipe, Bahia e Pernambuco. A denominação da cidade, por sua vez, é uma homenagem a Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1863-1917), um empresário que chegou à região do povoado de Pedra Velha em 1902. Na época, Pedra Velha era apenas um distrito pertencente ao município de Água Branca, mas a chegada de Gouveia alteraria o panorama local.

Os investimentos e a capacidade empreendedora de Delmiro Gouveia foram o motor da transformação regional. Um desses investimentos foi a fundação da Companhia Agro Fabril Mercantil. Esta empresa foi responsável pela instalação de uma fábrica de linhas (fiação e tecelagem) de algodão, utilizando como fonte de energia a força das quedas d’água do Rio São Francisco, mais precisamente a usina de Angiquinho, uma das primeiras usinas hidrelétricas do Brasil. O impacto da Companhia Agro Fabril Mercantil e da infraestrutura criada por Delmiro Gouveia (incluindo a usina, uma agência telegráfica e um sistema de escoamento da produção) transcendeu a esfera econômica. Este complexo industrial impulsionou um rápido e significativo processo de urbanização e, sobretudo, de industrialização em uma área até então marcada pela economia agrária de subsistência. O empreendimento de Gouveia não apenas gerou empregos, mas também modernizou a região, pavimentando o caminho para que o antigo povoado de Pedra Velha se emancipasse e se tornasse o município de Delmiro Gouveia, reconhecendo assim a contribuição de seu fundador

De acordo com Gonçalves (2010), a região sertaneja, antes vista como um espaço de retrocesso, ignorância e descivilização, passa a ser percebida como um território de

progresso, um lugar “salvo” pelos investimentos de Delmiro e pela civilização implementada por ele. Neste sentido questionamos o que foi esse processo de civilização e qual o lugar dos sujeitos sertanejos?

O processo “civilizatório” implementado por Delmiro Gouveia na vida dos trabalhadores da fábrica e moradores da vila operária, configurou-se como um disciplinador em contraponto aos costumes, cotidiano e cultura tradicional sertaneja daquelas cercanias. Delmiro, um empresário com uma visão progressista e, ao mesmo tempo, paternalista, buscava moldar seus empregados aos padrões de disciplina e moralidade que considerava ideais para a eficiência industrial e para a ordem social. Segundo Nascimento (2014), a Vila da Pedra, onde se localizava a fábrica de linhas e a residência dos operários, era um ambiente de amplo controle social.

A influência de Delmiro ia muito além das relações de trabalho, penetrando profundamente na vida cotidiana de seus operários. Desde os horários de trabalho e as regras de higiene e vestuário, até as normas de conduta moral e social, tudo era minuciosamente regulado pelo empreendedor. Esse controle estrito visava extirpar práticas e costumes considerados “atrasados” ou “imorais” (como o consumo de bebidas alcoólicas, jogos de azar, e certas manifestações culturais), substituindo-os por uma rotina padronizada, disciplinada e orientada para a produção, alinhada com os ideais de progresso da época. Essa intervenção na esfera privada e cultural dos trabalhadores representava uma nítida violência contra a autonomia e a identidade cultural dos sertanejos que ali buscavam sustento, transformando o “progresso” em sinônimo de subjugação e homogeneização cultural.

Esses trabalhadores eram supervisionados e submetidos a regras sobre seus horários, vestimenta, higiene, alimentação e comportamento tanto na Fábrica quanto na Vila. O descumprimento dessas normas resultava em multas, e, em alguns casos, ocorriam castigos físicos, como amarrar os funcionários no tronco de uma árvore e deixá-lo no local por horas (Correia, 1998). O que foi imposto como “civilização” nada mais era do que uma violência cultural, que perdurou ao longo dos anos, iniciada por Delmiro e continuada por seus filhos e parceiros de negócios.

O processo de emancipação do município que hoje leva o nome de Delmiro Gouveia, ocorreu de acordo com Gomes (2022), em 14 de fevereiro de 1954 através da Lei 1.623, de 16 de junho de 1952, desmembrando-se do município de Água Branca. Delmiro se tornou oficialmente um município, tendo seus próprios registros documentais e passando a ser comandada por prefeitos e vereadores. A primeira legislatura, que se iniciou em 1954, operou sob as normas da Constituição Democrática de 1946. Este período de redemocratização permitiu a realização de eleições diretas para a presidência da República e o retorno de novos partidos políticos (Souza et. al., 2017).

Com essas mudanças no cenário político, as câmaras municipais passam a ser um poder legislativo no município com um papel mais representativo aos cidadãos. Como destaca

Rocha e Filho (2024), por meio da Câmara Municipal foi possível como discutir e legislar sobre questões de interesse para a vida dos munícipes. Um processo que ampliou a participação da sociedade nos processos decisórios. Nesta perspectiva a Câmara Municipal tem quatro diretrizes: fiscalizar, legislar, julgar e administrar.

A partir dessas diretrizes, as Câmaras Municipais se tornam mediadoras das necessidades sociais como: construção de escolas, praças, melhorias na saúde e recursos para projetos culturais. A respeito, Carvalho (2020) ressalta que um dos direitos essenciais da cidadania é o direito político, que permite ao cidadão contar com representantes efetivos para tratar de questões como emprego, saneamento básico e outros direitos fundamentais.

Este trabalho, portanto, propõe um diálogo acerca dos munícipes de Delmiro Gouveia inseridos em um novo ciclo de cidadania pós Estado Novo (1954-1963). Dessa forma, a análise dos documentos preservados na Câmara Municipal de Delmiro Gouveia proporciona uma compreensão das relações de poder, experiências, trajetórias, práticas e interações dos sujeitos sociais no envolvidos no referido contexto. Neste sentido, os documentos do referido legislativo são fundamentais para compreender a dinâmica política do município nas primeiras legislaturas da década de 1960.

Neste sentido, através do projeto de extensão intitulado “Nos recônditos da casa do povo: catalogação e digitação dos documentos da câmara municipal de Delmiro Gouveia”, observamos durante a realização do projeto uma série de documentos que apresentam as relações políticas dos sertanejos daquela localidade. Desta maneira, essa pesquisa parte da utilização do método da análise documental, pois, conforme apontam Sá Silva et al. (2009), os estudos baseados em pesquisas documentais podem fornecer um maior entendimento sobre a compreensão histórica, sociocultural e política. Assim, o objetivo desse estudo é destacar como se davam as ações dos sujeitos políticos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia em relação aos cidadãos e os impactos desses atos. Em torno deste foco utilizamos fontes documentais que fazem parte do acervo de arquivos da Câmara: ofícios, atas, projetos e a legislação aprovada. Desta maneira, também buscamos interligar o uso da memória, uma vez que, como destaca Nora (1992), os espaços públicos também preservam as memórias coletivas de uma comunidade. Nesse sentido, a Câmara de Delmiro Gouveia, Alagoas, Nordeste do Brasil, torna-se um objeto de investigação sobre os sujeitos sociais e políticos do referido município do Extremo Oeste Alagoano (Nascimento; Santana; Cruz, 2025, p. 32-55).

Ao longo de nossas pesquisas de extensão examinamos os arquivos referentes aos anos de 1962 e 1963, primeiros arquivos analisados seguindo a organização cronológica da própria Câmara. Nessas caixas se faziam presentes documentos como: decretos, projetos de lei, telegramas, cartas, ofícios e pareceres. Os documentos de poder legislativo revelam discussões importantes, mas que requerem um longo trabalho de catalogação e de investigação, pois como afirma Bacellar (2005), as fontes documentais têm que ter um uso adequado, os arquivos de poderes políticos, portanto, apresentam relevância e riscos

associados ao seu mau uso no contexto historiográfico. Dessa forma, o trabalho destaca os documentos analisados das caixas destinadas à pesquisa datadas de 1962 e 1963, contendo registros de decisões legislativas. Além disso, foram encontrados arquivos que não coincidiam com o recorte temporal, mas que também foram analisados nesta pesquisa, abrangendo anos de 1958, 1961 e 1964.

2 AS CÂMARAS MUNICIPAIS E SUAS MUDANÇAS NO TEMPO

As Câmaras Municipais têm uma longa trajetória histórica no Brasil, iniciada ainda no período colonial, com influência na política local, sua formação esteve intimamente ligada à estruturação política da colônia, especialmente na construção das primeiras vilas e cidades brasileiras. Durante o período colonial, as câmaras municipais eram compostas por representantes da elite local, como fazendeiros e proprietários de terras, que exerciam funções administrativas e judiciais (Silva, 2009, p. 2)

As eleições para cargos municipais eram restritas aos chamados “homens bons”, ou seja, integrantes da elite econômica local, que influenciavam diretamente as decisões tomadas nessas instâncias, esses eram os fazendeiros, senhores de engenho e proprietários de terras. Essa centralização de poder nas mãos dessa elite gerou subordinações. Já que esses mesmos “homens” tinham influência e poder para realizar favores para aqueles indivíduos que recorriam a eles, gerando uma subordinação entre os mais necessitados e a camada economicamente abastada (Lenardão, 2004).

O poder público e privado estava localizado nas mãos desses influentes locais que controlavam as poucas Câmaras Municipais, dessa forma, esses proprietários de terras eram considerados as autoridades locais, que exerciam domínio no poder público e privado, consequência dos seus atos de bondade, aqueles que se beneficiam por esse favor era imensamente gratos ao senhor, tendo total lealdade, respeito e confiança. A casa do senhor/fazendeiro resultava em ser o epicentro do poder, servindo de local que realizavam reuniões e tomadas de decisões públicas e privadas da região (Lenardão, 2004).

A partir do processo de emancipação política brasileira em 1822, foi posta a necessidade de criação de uma legislação nacional para regulamentara as instâncias do governo, estabelecendo relações entre governantes e governados. Assim, com a “independência nacional” em relação a América Portuguesa sofreu modificações. Neste outro contexto, ao abordar a situação das Câmaras Municipais frente a Constituição de 1824, primeira carta magna do Brasil, Pires e Magalhães (2012) destacam que ela reconhecia o poder local ao instituir as Câmaras Municipais em todas cidades e vilas existentes e as que surgiriam em um futuro.

O processo de emancipação política do Brasil, confere as práticas do clientelismo e do mandonismo um especial atenção. Assim, durante o período de 1889 até meados de 1930, o

coronelismo – associado o mandonismo e ao clientelismo – irá ser o mediador da política brasileira. Durante esse contexto votar se tornou um ato controlado, disputado e perigoso (Carvalho, 2000).

Com a Proclamação da República, as Câmaras Municipais passam a ser substituídas pelo Conselho de Intendência Municipal, cabendo a cada governo estadual nomear os seus membros. Uma das principais características desse período compreende-se pelo centralismo político dos governos estaduais – que costumavam intervir nas eleições municipais e até mesmo indicava pessoas para exercer o posto de prefeito (Pires e Magalhães, 2012).

O movimento armado de 1930 – denominado "Revolução de 1930" ou "Golpe de Estado de 1930" –, liderado por Getúlio Vargas (civil) e com a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, depôs o governo de Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes – marcou uma mudança na administração municipal brasileira. Esse evento culminou na criação da instituição das prefeituras, às quais foram delegadas as funções executivas dos municípios, enquanto as Câmaras Municipais passaram a exercer as funções legislativas (Souza et al., 2017). Experiência de autonomia municipal interrompida pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) que impôs o centralismo do poder político nacional, resultando no travamento da autonomia municipal e na cassação da eletividade do cargo de prefeito, substituído pela figura dos intendentess municipais.

Os ventos democráticos do pós-guerra e o texto da Constituição de 1946, reestabelecem a autonomia das prefeituras e das Câmaras Municipais. Durante o processo de redemocratização do país (1945-1964), o municipalismo vai ressurgir como um apelo doutrinário, ocupando lugar de destaque na agenda pública (Pires e Magalhães, 2012). Naquele cenário, as conquistas democráticas que a sociedade brasileira experimentava só foram interrompidas pelo golpe e pela ditadura civil-militar (1964-1985).

Abordando o cenário político de 1988, Kerbauy (2005) retrata que esse foi o ano em que se resgatou definitivamente o papel do município no cenário político brasileiro, ao torná-los federados e com autonomia política-administrativa-financeira. Neste sentido, no atual presente histórico da Constituição de 1988, as Câmaras Municipais tem como funções fiscalizar as contas do município; elaborar a lei orgânica e legislar (Pires e Magalhães, 2012).

A partir deste breve balanço historiográfico acerca da importância das Câmaras Municipais, o presente texto parte para analisar os documentos legislativos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia no período de 1962 a 1963.

3 DOCUMENTOS DA CÂMARA DE DELMIRO GOUVEIA, 1962-1963

A análise dos arquivos da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia revelou alguns aspectos históricos, dentre eles, o fato de que, embora as caixas documentais fossem descritas como pertencentes aos anos de 1962 a 1963, constatou-se a presença de

registros que datam de períodos anteriores e posteriores a essas datas. Essa discrepância nas informações fornecidas pelos arquivistas destaca a importância de uma revisão crítica e minuciosa dos acervos documentais, uma vez que tais inconsistências podem revelar elementos significativos sobre a atuação política, administrativa e legislativa ao longo do tempo.

Ao falar sobre a memória organizacional, Souza aborda que essa depende de mecanismos institucionais que são usados para organizar, sistematizar e acessar o conhecimento ali produzido, publicado e resguardado (2009, p.2). Desta forma, observamos a importância dos arquivos. Eles, a exemplo do arquivo público da Câmara de Delmiro Gouveia, não devem ser tratados com descaso: sem funcionários habilitados, prédios inadequados e instalações sem equipamentos apropriados. A realidade encontrada foi a de caixas empoeiradas, com datações desorganizadas, estando grande parte dos documentos em estado crítico, com folhas extremamente sensíveis e em alguns casos rasgadas.

Durante a pesquisa realizada entre março e setembro de 2024, foram identificados diversos tipos de documentos que oferecem uma visão ampla das práticas administrativas e políticas do período. Entre os registros encontrados destacam-se requerimentos — incluindo telegramas enviados a senadores —, ofícios relacionados à formação de novas mesas legislativas, agradecimentos pelo recebimento de correspondências oficiais, prestações de contas da prefeitura, comunicados sobre campanhas de vacinação e renúncias de cargos. Além de projetos de lei associados as demandas da comunidade.

Dentre os documentos encontrados no mencionado arquivo, datados entre dezembro de 1959 e maio de 1963, um deles registra as atividades de vacinação de animais realizadas pelo P.V.S.A – possivelmente a sigla para Política de Vacinação e Saúde Animal. Esse documento, assinado por Fernando David Medeiros, não apenas fornece dados quantitativos sobre as campanhas de vacinação, mas também revela o compromisso das autoridades locais com a saúde pública e a prevenção de doenças.

Figura 1

Relação das vacinações de animais.

RELACÃO DAS VACINAÇÕES REALIZADAS NO P. V. S. A. DE DELMIRO GOUVEIA NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1959 A MAIO DE 1963.		
<u>Dezembro de 1959 a Novembro de 1960</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
-	-	-
<u>Dezembro de 1960 a Novembro de 1961</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
495	424	7
<u>Dezembro de 1961 a Novembro de 1962</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
310	281	8
<u>Dezembro de 1962 a Maio de 1963</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
-	-	-
<u>T o t a l:</u>		
Doses	Animais Vacinados	Propriedades Atendidas
805	705	15

Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, caixa dos anos 1962-1963.

O referido documento revela que esse programa foi inserido no contexto de ampliação das políticas públicas de sanidade animal, especialmente com a criação de ações específicas para controlar surtos regionais e melhorar a qualidade da produção agropecuária.

O segundo documento, é uma carta enviada por Arnon de Mello, figura proeminente na política de Alagoas, datado de 11 de setembro de 1962. Neste comunicado, Mello apela pelo apoio do vereador da Câmara de Delmiro Gouveia, João Ferreira Lima, que está insatisfeito com a falta de visibilidade de recursos do Governo Federal para Alagoas, expressando seu objetivo que é tirar o povo da “miséria”. Segundo o telegrama de Mello, o povo estava sem pão, sem teto e sem trabalho, e ele queria que esse cenário de um Estado subdesenvolvido se alterasse. Neste sentido, caso ele fosse eleito senador, colocaria em pauta essas mudanças para Alagoas. Todavia, recorre ao apoio de candidatos com ideologias semelhantes às suas. Por conseguinte, essa carta é representativa por refletir o contexto social, econômico e político de 1962. A respeito, analisando a obra de Boris Fausto (1999), naquele contexto o Brasil estava buscando saídas para superar a crise econômica decorrida em razão dos custos do Plano de Metas de 1956 – resultante das políticas da presidência de Juscelino Kubitschek. Contexto e Plano que resultaram e muitos investimentos, como também, do aumento do endividamento do País.

Em outro documento, um telegrama datado de 01 de março de 1962, enviado de Pernambuco, o diretor vice-presidente da Cia. Agro Fabril Mercantil, agradece a João Ferreira

Lima. Analisando este documento identificamos como ocorria o contato direto entre empresários e políticos. Nesse contexto, a Cia. Agro Fabril Mercantil tinha forte influência na economia regional, contudo, comunicar a formação da nova mesa legislativa permitia que esses empresários se mantivessem atualizados sobre as lideranças políticas, os debates legislativos e os projetos de infraestrutura e de investimentos discutidos.

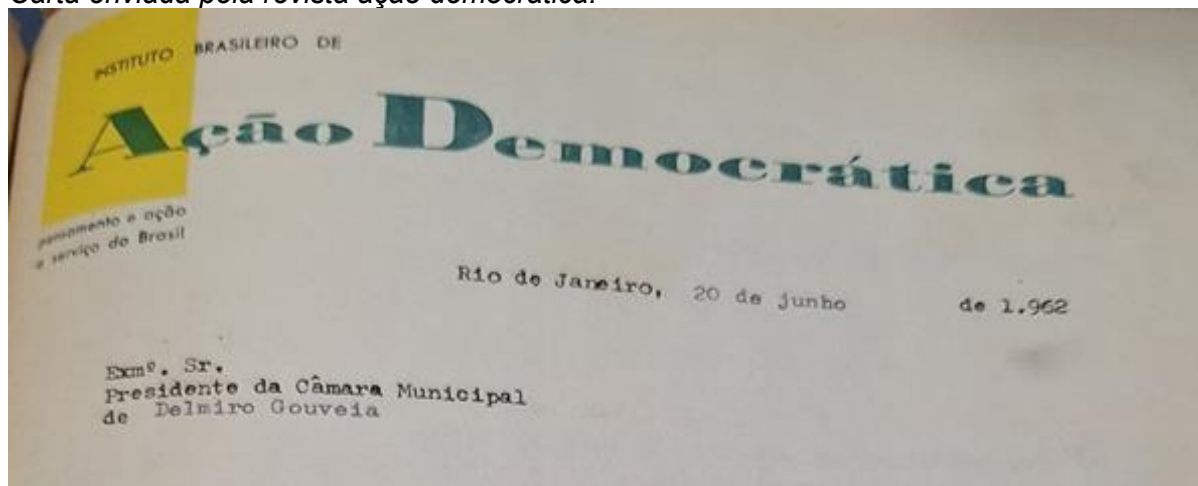
A década de 1960, como mencionado, foi marcada por crises econômicas. Segundo Pereira (1966), a partir de 1961 o otimismo econômico que tomava conta do Brasil na década anterior cedeu lugar à dúvida e ao pessimismo. A crise econômica de então impôs dificuldades que exigiam alternativas políticas, econômicas e sociais – eram os tempos das discussões das reformas de base.

Outro escrito localizado, uma carta enviada pelo Instituto Brasileiro de Pensamento e Ação, associado a revista da “Ação Democrática”, datada de 20 de junho de 1962, recebida pelo presidente da Câmara de Delmiro Gouveia, informava o envio gratuito da revista da Ação Democrática para a mesa legislativa regente. O Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), responsável pela referida revista, foi fundado em 1959, apresentado como uma associação do povo, de iniciativa privada que defendia a liberdade de pensamento e do indivíduo. Entretanto, em uma publicação do ano de 1962, atacava ora o nacionalismo, ora o comunismo, buscando influenciar os cidadãos que ainda não haviam se posicionado diante os blocos políticos, a defender a democracia (Silva, 2021).

O documento comprova que a revista do IBAD entrou em contato com a Câmara de Delmiro Gouveia para solicitar o envio da relação dos políticos do poder legislativo para que fossem consagrados com cópias gratuitas do mencionado periódico. O IBAD, assim como sua revista e outras ações, tinha por objetivo combater a reputação, propostas e programas de partidos e políticos nacionalistas e de esquerda em favor de políticos de direita alinhados com os interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria (Silva, 2021, p. 3-5).

Figura 2

Carta enviada pela revista ação democrática.



Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, caixa dos anos 1962-1963.

O IBAD não apenas tentou mobilizar políticos e a população contra nacionalistas e comunistas, mas também buscou minar a confiança nas instituições públicas, promovendo a visão de que a economia brasileira deveria ser conduzida prioritariamente pela iniciativa privada.

Há ainda outros documentos que abordam decisões políticas de mesas legislativas que regeriam os anos seguintes. Nos arquivos de 1962 a 1963, por exemplo, foram encontrados diversos ofícios circulares, notificando as Câmaras Municipais circunvizinhas sobre as novas composições das mesas legislativas.

Casos de renúncias de cargos também foram encontrados em meio aos documentos. No ano de 1963, em 8 de fevereiro, Pedro Manoel do Nascimento apresentou sua renúncia ao cargo de 1º secretário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, por não poder comparecer à casa do povo. Segundo Abreu (1999), o ano de 1963 e, principalmente, o ano de 1964 foi marcado por uma série de tensões políticas e por um ambiente de crescente tensão popular – ambiente que resultou na deflagração do golpe civil-militar de 1964.

No curso da pesquisa foram encontrados vários documentos, conforme pode ser mensurado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1

Demonstrativo dos documentos analisados.

Ofícios	94
Carta	3
Telegramas	14
Requerimentos	3
Projetos de Lei	24
Pareceres	18

Fonte: elaborado pelas autoras.

Dentre estes documentos destacamos o artigo de uma lei municipal que criava categorias profissionais, instituíva o cargo de motorista e dava outras providências. A respeito, observou-se que o quadro de funcionários era segmentado em categorias. O fragmento do documento localizado, pelo formato e assunto, tratava-se de parte de um decreto ou portaria que apresentava uma tabela de cargos /categorias de funcionários.

Figura 3

Cargos e padrões de funcionários.

Art. 2º - O padrão de vencimentos de funcionários públicos do Município de Delmiro Gouveia, será fixado na seguinte tabela:

CARGOS	PADRÃO
Secretária	Z
Fiscal Geral	U
Motorista	S
Fiscal Auxiliar	Q
Tratorista	P
Teseureiro	O
Escriturário	G
Fiscal de Escreva	F
Fiscal Rural	E
Porteiro Arquivista	C
Encarregado de Cemitério	R
Professor de Música	B
Professor de Corte e Costura	B
Professor de Verdades	B
Encarregado de Serviço de Limpeza Pública	A
Servente	A
Professor de Escreva Primária	A

Fonte: Arquivo Público da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, caixa dos anos 1962-1963.

As categorias foram agrupadas conforme as classificações, embora os cargos públicos fossem limitados em número, muitos deles sendo recém-criados, como os de motorista e tratorista, cuja criação foi formalizada em dois projetos de lei datados de 1962. Um aspecto notável foi a concessão de gratificações, tendo sido identificados três decretos que regulamentavam tais benefícios.

O Decreto nº 5, de setembro de 1961, aumentou as gratificações mensais dos cirurgiões dentistas de C\$ 80.000 para C\$ 100.000. O segundo decreto nº 11, de 9 de novembro de 1962, conferiu uma gratificação de Cr\$ 600.000 ao juiz preparador da 40ª zona eleitoral. Por fim, referente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, foi abordado o Projeto de Lei nº 7, de novembro de 1963, que elevou a gratificação de Cr\$ 1.600 para Cr\$ 3.000 mensais. Contudo, nenhum dos decretos especificava a justificativa para a concessão das gratificações. Não foram observados também aumentos similares para outros cargos como professores e motoristas. Foi encontrado apenas um decreto relacionado ao aumento salarial dos professores, que não apresentava valores, estabelecendo que a partir de 1º de março de 1963, entraria em vigor um reajuste salarial para os docentes do ensino primário, assinado pelo prefeito Ulysses Luna.

No que se refere ao desenvolvimento social em Delmiro Gouveia, foram promulgados, em 1962, alguns decretos que visavam avanços para a população. A respeito, o Projeto de Lei nº 7, de 18 de abril de 1962, aprovou um novo regulamento para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Este termo foi assinado entre a prefeitura de Delmiro Gouveia, representada pelo prefeito Ulysses Luna, e a Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública,

representada pelo Dr. Aleysie Almeida.

O acordo estabeleceu as responsabilidades de ambas as partes, sendo que a prefeitura ficou incumbida de indicar as áreas da cidade a serem beneficiadas por melhorias ou ampliações, desde que a própria assumisse os custos das obras. A fundação, por sua vez, assumiu a administração do SAAE, responsabilizando-se pela gestão e aprimoramento do sistema de água e esgoto municipal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual presente histórico, as Câmaras Municipais se transformaram em espaços de disputas, negociações e de reivindicação de demandas para a sociedade brasileira. É a partir delas que são realizadas reuniões em prol de recursos para as determinadas áreas. Além disso, são tomadas decisões solucionar problemas dos municípios, estabelecer prioridade dos investimentos e aprovações de projeto de lei que regulamenta os normativos municipais.

É no ambiente das Câmaras que se articulam as discussões e são realizadas reuniões essenciais para a busca e alocação de recursos destinados às mais diversas áreas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Mais do que meros fóruns de debate, esses órgãos são o epicentro de onde emanam decisões estratégicas que moldam o futuro da região. Entre suas atribuições mais vitais, destacam-se: os vereadores, como representantes eleitos pelo povo, são o elo direto entre a comunidade e o poder público. Eles têm o dever de identificar as demandas, os gargalos e as necessidades prementes da região, propondo e aprovando medidas concretas para solucionar problemas urbanos, sociais e ambientais específicos; a Câmara Municipal exerce a função de fiscalizar o Poder Executivo e, principalmente, de aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA). Essa competência é crucial, pois define onde e como serão aplicados os recursos municipais, priorizando investimentos que beneficiem o coletivo; além disso, é de competência exclusiva do Legislativo Municipal a discussão, alteração e aprovação de projetos de lei, resoluções e decretos que se transformarão nas normas que regerão a vida na cidade. Tais projetos podem abranger desde o Código de Posturas Municipal e o Plano Diretor até a criação de programas sociais e a regulamentação de serviços.

Em suma, a eficácia e a transparência das Câmaras Municipais são diretamente proporcionais ao desenvolvimento e bem-estar do município, tornando-as instituições indispensáveis para a governança local e o exercício pleno da cidadania.

Neste sentido, durante a pesquisa, apesar das dificuldades voltadas à conservação e à organização das caixas e dos documentos, foi possível estabelecer apontamentos importantes sobre a política a partir dos registros da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.

A análise dos arquivos até o momento possibilitou uma compreensão sobre o funcionamento do poder legislativo municipal durante os anos de 1962 e 1963, abrangendo

diversos documentos: ofícios, projetos de lei, requerimentos entre outros. Os conteúdos relacionados à comunidade, em particular, revelam as ações dos sujeitos sertanejos nas esferas social, cultural, política e econômica. A análise em questão destaca não apenas a produção legislativa, mas também como as decisões desses indivíduos moldaram a dinâmica da vida em sociedade em Delmiro Gouveia, Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil, no contexto que antecede o golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (2012). O processo econômico. In: SCHWARCZ, Lilia. (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Mapfre. Objetiva.
- BACELLAR, C. (2005). Uso e mau uso dos arquivos. In: BASSANEZI PINSKY, C. Fontes históricas. São Paulo: Editora Moderna.
- CARVALHO, J. M. de. (2000). Cidadania no Brasil: o longo caminho. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil.
- CORREIA, T. (1998). Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus.
- FAUSTO, B. (2012). A vida política. In: SCHWARCZ, L. (org.). História do Brasil Nação: 1808-2010. São Paulo: Mapfre; objetiva.
- GOMES, A. (2025). Delmiro Gouveia: 68 anos de emancipação política que acontece nesta segunda-feira, 14. Blog Adalberto Gomes Notícias. Disponível em: <Delmiro Gouveia: 68 anos de Emancipação Política que acontece nesta segunda-feira, 14 - Blog Adalberto Gomes Notícias>. Acesso: 7 mar. 2025.
- GONÇALVES, A. (2010). Delmiro Gouveia: era uma vez no Sertão. Ribeirão Preto: Fábrica de sonhos.
- KERBAUY, M. T. M. (2005). As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. Opinião Pública, Campinas, v. 2, pág. 337-365.
- LENARDÃO, E. (2004). Gênese do clientelismo na organização política brasileira. Lutas Sociais, [S. l.], n. 11/12, p. 109–122, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i11/12.18704. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18704> . Acesso em:

16 mar. 2025.

- NASCIMENTO, E. F. do.; SANTANA, P. A. de; CRUZ, J. V. da. (2025). O fazer-se historiográfico do Extremo Oeste Alagoano. In: NASCIMENTO, E. F. do; SILVA, A. L. da; SILVA, J. da. (org.). Estudos do Oeste Alagoano: historiografia e território em perspectiva. Maceió: Edufal, Eduneal, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, p. 32-55.
- NASCIMENTO, E. F. (2014). Delmiro Gouveia e a educação na Pedra. Maceió: Viva Editora.
- NORA, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Proj. História, São Paulo, p.7-28.
- PEREIRA, L. C. (1966). Desenvolvimento e Crise no Brasil. Departamento de Documentação, Estatística e Cadastro da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo. In: O Estado de S. Paulo.
- PIRES, M.; MAGALHÃES, S. M. (2012). Câmara Municipal: Um pequeno Histórico. In: CHAVES, C. M.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. (Org.). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS.
- ROCHA, M. M.; FILHO, P. M. D. (2024). Política local e câmaras municipais: considerações acerca da representação política no nível local. In: Revista de Sociologia e Política, v. 32, e.009, p.1-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/article/view/e009> . Acesso em: 28/ 09/2024.
- SÁ SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.
- SILVA, K. M. (2009). O papel das câmaras municipais no Brasil colonial: novas possibilidades de análises. XXV Simpósio Nacional de História, ANPUH, Fortaleza.
- SILVA, V.G. (2021). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. Anpuh - 31º Simpósio de História. Rio de Janeiro, p.1-15.
- SOUZA, A. D. de; SILVA, R. de L.; BARBOSA, A. M.; SILVA, R. da; JESUS, M. J. F. de. (2017). Câmaras Municipais no Brasil: da Colônia à República após a Constituição Federal de 1988. Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do

Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, p. 125-139, 13 a 15 de setembro.

SOUZA, A.; SILVA, R.; BARBOSA, A.; SILVA, R.; JESUS, M. (2017). Câmaras municipais no Brasil: da colônia à república após a Constituição Federal de 1988. In: III SECISA, p. 125-139.

SOUZA, S. de. (2009). A gestão de documentos nos municípios. In: Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 4.